

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – PRONUNCIAMENTOS**
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/2/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/2/2019

A deputada Ana Paula Siqueira* – Boa tarde a todos e a todas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores desta Casa, povo de Minas Gerais. É com muito prazer que inicio minha primeira fala no Plenário no começo desta legislatura que marca a história desta Casa com a presença de várias mulheres eleitas, dentre elas três negras, eu, Ana Paula Siqueira, a Andréia e a Leninha. Fico muito feliz e honrada por representar o nosso povo neste espaço legislativo e espero, trabalho e sonho para que nas próximas legislaturas tenhamos ainda mais parlamentares negros e mais mulheres para representar bem o nosso povo. É com muita satisfação que saúdo os servidores desta Casa, pois fiz parte dessa categoria por dois mandatos nas legislaturas passadas. Foi um momento muito profundo de convivência, aprendi muita coisa com vocês e hoje tenho a oportunidade de trazer para este espaço minha experiência como servidora e legisladora. Quero saudar ainda todos os meus eleitores, as 23.372 pessoas que confiaram a mim a tarefa de ocupar este espaço na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, especialmente os militantes da participação popular, dos movimentos de comunidades, vilas e favelas de Belo Horizonte e dos demais municípios. São pessoas que tiveram a coragem e a ousadia de trazer para este espaço uma mulher negra, assistente social, moradora da periferia de Belo Horizonte. Estou muito orgulhosa e honrarei o empenho e o voto de cada um de vocês. Aproveito para saudar ainda os meus amigos da Rede Sustentabilidade, meu partido, e todos os nossos filiados e militantes, na pessoa da Marina Silva, e os nossos mandatários, na pessoa do Paulo Lamac, vice-prefeito de Belo Horizonte e ex-colega nesta Casa.

Quero dizer a vocês que, com muita honra, assumo o primeiro mandato como parlamentar eleita pela Rede Sustentabilidade, especialmente nesse contexto que estamos vivendo com a tragédia de Brumadinho, em que fica muito mais evidente a necessidade das lutas socioambientais. Fica aqui, mais uma vez, renovado o meu compromisso com essa luta.

Antes desta reunião, assistimos a um vídeo mostrando o que aconteceu lá, mas tenho a certeza de que os nossos olhos ainda não dão conta da realidade que encontraremos ao final. São muitos os mortos, são muitas as pessoas prejudicadas, além do meio ambiente, que ficou completamente dilacerado. Recebemos ontem a notícia de que a lama chegou ao Rio Paraopeba, gerando grande risco para a vida hídrica da região metropolitana. Como responsáveis e legisladores, temos a obrigação de fiscalizar, acompanhar e fazer com que a Assembleia dê uma resposta à sociedade. Nesse sentido, na pessoa de cada um de vocês, deputadas e deputados, convoco-os e faço um apelo para que, juntos, possamos entregar à nossa sociedade, especialmente à mineira, um trabalho vigoroso, que trate o meio ambiente e a vida das pessoas. Desejo a todos um bom início de trabalho e coloco-me à disposição de todos.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma boa tarde a toda Minas Gerais.

Sr. Presidente, queria, na tarde de hoje, levantar um assunto no qual que fiquei sem acreditar: uma decisão tomada pelo superintendente do Inbra em Minas Gerais. Às vezes, as pessoas tomam uma decisão fundamentada num fato, mas quando um superintendente do Inbra determina o esvaziamento de uma barragem Heleninha, no Norte de Minas, localizada na zona rural de Bocaiuva, no Distrito de Engenheiro Dolabela, a gente fica sem acreditar. Ela é uma barragem da caatinga, com 1.300m de comprimento por 25m de altura, que tem a função de fornecer água para a população, por meio do projeto PA Betinho, meu caro Jean. Esse projeto, hipoteticamente, é o melhor projeto de assentamento de Minas Gerais e tem até o nome de um grande mineiro, o Betinho, sociólogo que morreu algum tempo atrás e que lutou muito pelos direitos humanos. Ele fez diferença no País lutando, levando o seu nome, levando a sua luta, o seu trabalho.

Naquela ocasião, desativaram uma indústria açucareira em Dolabela, que tem um passado muito nebuloso envolvendo personagens importantes de Minas Gerais de grilagem de terra e o escambau. Então, eles deram o nome ao projeto de assentamento de PA Betinho, que tem hoje quase mil famílias, numa extensão de terra muito grande e muito bonita, mas que não tem água para beber.

E vem agora o senhor representante do Incra – deixa eu ver se acho o nome desse infeliz – e determina que se jogue fora toda essa água, porque a barragem tem perigo de rompimento. A barragem existe desde 1974 e precisa de reparos, de uma ação do governo federal, do governo do Estado, do poder municipal de Bocaiuva, para os reparos necessários. Esse sujeito determinou que esvaziassem essa barragem.

Ele está criando um problema seríssimo para o Distrito de Engenheiro Dolabela. A população não entende por que ela está precisando de água e a barragem está sendo esvaziada. Há animais que precisam dessa água para abastecimento. Lá há pequenos colonos, que têm 10 cabeças de gado, umas vacas, uns bezerros e usam essa barragem para dar água para os animais. Eles agora estão vendo a água ir embora, porque estão abrindo a comporta dessa barragem.

Sabe qual é o orçamento para fazer a recuperação da barragem da caatinga no Município de Bocaiuva, Distrito de Engenheiro Dolabela, para atender o PA Betinho? São precisos R\$6.000.000,00. Esse é o orçamento que foi feito pelo próprio Incra e que recuperaria toda essa barragem.

Essa barragem ainda tem a ambição de, no período da seca, dar vazão ao Rio Jequitai, que secou dois anos atrás. Ele é um dos mais importantes rios perenes que temos no Brasil e que vai abastecer a Barragem Jequitai, que será fundamental para regularizar as águas do Rio São Francisco. Então, eles estão condenando aquela região. Estamos vendo agora que o superintendente do Incra, talvez motivado por essa onda de rompimentos de barragens, de rejeitos, de água, ficou com medo e está mandando esvaziar a Barragem da Caatinga.

Estou fazendo essa denúncia, presidente, e, assim que constituirmos nossas Comissões de Meio Ambiente e de Minas e Energia, precisaremos discutir, à exaustão, esse problema.

O que o governo tem de ter é vergonha na cara para dar assistência às mil famílias do projeto PA Betinho, atendendo à regularização fundiária. Lá as pessoas não têm documento de sua pequena gleba de terra – 7ha, 10ha – e não podem receber recursos provenientes da economia solidária, da agricultura familiar. Eles não têm direito de ir ao banco pedir empréstimo e, agora, estão vendo a água ir embora, porque esse infeliz... Quería até ver o nome dele, mas esse negócio de telefone não é muito comigo. Esse sujeito está resolvendo a situação dele. Se ele fosse uma pessoa correta, séria, uma pessoa que tivesse capacidade para estar no lugar em que está – depois desse ato, vamos denunciá-lo junto à Câmara Federal, junto ao governo federal –, se tivesse um mínimo de estrutura, de vergonha na cara, de autoestima, ele deixaria esse cargo. Não é matando a galinha dos ovos de ouro que vamos conseguir alguma coisa.

Quería até convidá-los a conhecer o projeto PA Betinho, que deveria ser o melhor projeto, mas é um sepulcro caiado que leva o nome de Betinho, porque lá o pessoal não tem posse da terra nem o documento dessa posse – o pessoal não tem água, não tem apoio, não tem crédito. E vive com esse nome de melhor assentamento do Brasil. Coisíssima nenhuma! É uma pouca-vergonha! Isso nos traz indignação. Vamos tomar algumas medidas.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Obrigada, deputado. Quería cumprimentá-lo e fazer o registro, ainda sobre o tema dos crimes das mineradoras, de que protocolei, nesta Casa, para serem encaminhadas à empresa Itaminas Comércio de Minérios, as seguintes solicitações: documentação sobre o plano para acabar com as barragens, documentação sobre o plano de emergência e realocação da comunidade em caso de rompimento, documentação sobre o plano de segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras que dê condições de eles saírem do local em segurança e cópia do relatório da última inspeção feita. E também que haja efetiva participação da população nas questões relacionadas a Sarzedo.

Agradeço, deputado, o aparte. Queria apenas para prestar contas à comunidade de Sarzedo sobre a audiência de que participei, na última segunda-feira, pedindo informações à Itaminas. Quero dizer à comunidade, principalmente do Bairro Brasília, que estamos firmes, fazendo compromissos e cobrando das mineradoras transparência no que se refere às barragens, já que lá há barragens que têm preocupado muito a comunidade. Muito obrigada pela oportunidade.

O deputado Carlos Pimenta* – Perfeitamente. Achei um pedaço do trecho que recebi. (– Lê:) “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – decidiu esvaziar a Barragem da Caatinga, situada em Engenheiro Dolabela, na zona rural de Bocaiuva, que corre risco de rompimento por causa da sua estrutura física. O superintendente substituto do Incra em Minas Gerais, Marcelo José Pereira da Cunha” – não sei se vocês conhecem esse infeliz –, “em correspondência encaminhada às autoridades, explica que mandou abrir as comportas da barragem para ocorrer o seu descomissionamento, tendo em vista que a unidade” está correndo esse risco.

Essa barragem foi construída em 1974, e o documento do Sr. Marcelo que manda abrir as comportas é do dia 30. Esclarece ainda que o Incra ofereceu a referida barragem aos municípios, estados e União. O Incra não é da União? Que história é essa? Mas nenhum desses teve interesse. A União não quer, o Estado não quer, e o município não aguenta fazer a recuperação da barragem. Hoje os municípios estão vendendo o almoço para comprar a janta e não têm dinheiro para nada. Não têm dinheiro para transporte escolar, não têm dinheiro para saúde pública, não têm dinheiro para pagar questões mínimas. Está todo mundo desesperado.

A situação da barragem preocupa o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai e Pacuí e trecho do São Francisco, que, desde o ano de 2017, denunciou os problemas na barragem. A verdade é que temos que tomar uma posição. Entendo que a barragem não pode ficar cheia se tiver risco de rompimento, porque, se a jusante da barragem houver rompimento, isso pode causar uma tragédia, embora seja água. E para nós água é essencial. Nós, daquela região do Norte de Minas, entendemos a importância, o valor da água, mas o governo tem que fazer alguma coisa.

Vou encaminhar essa situação aqui na Casa tão logo tenhamos as comissões formadas. Gostaria muito que pudéssemos ver com mais seriedade, com mais firmeza, com mais propósito essa questão da falta de água do Norte de Minas e que pudéssemos analisar também a construção de barragens naquela região. Todo santo dia aparece um filho de Deus dizendo que o governo agora arranjou dinheiro para construir a barragem de Berizal, a barragem de Jequitai e a de Congonhas, mas na hora do “pega pra capar” não aparece ninguém. É só conversa fiada. E temos barragens importantes projetadas. Leninha, a barragem de Congonhas – e você a conhece bem – é uma barragem que vai abastecer a cidade de Montes Claros, 500 mil pessoas, durante os próximos 10 anos. E estamos vendo o que está acontecendo: não há nenhuma decisão. Só as últimas decisões chegam ao Norte de Minas.

E acredito que temos aqui hoje uma bancada aguerrida, composta por pessoas novas que estão chegando. Está ali o Zé Reis, que foi prefeito de Bonito de Minas e presidente da Amams, a Leninha, o Doutor Jean, que também tem muita força naquela região, o Gil Pereira e o Arlen Santiago. Então temos que tomar uma posição. Ficar aqui fazendo papel de besta, de palhaço, trazendo denúncia, sem decisão de realizar as questões? Não vou ficar fazendo esse papel, não. Tenho muita coisa para fazer na minha vida e não quero cumprir um papel aqui apenas para aparecer. Não mexo com internet, não mexo com celular. A minha trincheira é esta aqui, na Casa.

Já dissemos que vamos apoiar integralmente o governo Zema. Já disse isso desde quando ele foi eleito, pois vejo que tem boa vontade. Ele tem que resolver questões, como a questão do Norte de Minas. Agora mesmo está desmontando a comissão do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Espero que ele justifique o porquê disso, mas ficar do jeito que estava nós não aceitamos. Aquela comissão do Norte de Minas sempre foi um *bureau* eleitoral, e não podemos aceitar isso, não. Outro órgão tem que substituir e atender essas demandas e a nossa região do Norte de Minas.

Espero que essa nossa bancada, que tem e precisa ter um papel suprapartidário, possa ter essa única bandeira, que é a bandeira do desenvolvimento daquela região. Estamos muito atrás das outras regiões. A nossa potencialidade é muito grande, mas não podemos nos dar ao luxo de ver um maluco desse mandar jogar a água toda de uma barragem fora, que é essencial para a vida daquela

região. Vamos tomar uma posição. Espero que possamos ter uma atuação em bloco, em defesa dos interesses de Minas Gerais e da nossa região. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com muito carinho queria dar as boas-vindas a todas e a todos que se juntam a nós, que estamos aqui há mais tempo, num momento tão especial para o Estado de Minas Gerais, que depende tanto de nós, representantes dessas pessoas que, hoje, estão atônitas, impressionadas com o que estão vivendo.

Tenho que ser rápido, mas, na minha primeira fala nesta legislatura, queria constatar com todas e com todos que agora vai ser feito o acerto de contas da Vale com Minas Gerais, começando por Itabira. A primeira vez que fui a Itabira foi em 1971. Eu era jogador do juvenil do Atlético, e fomos jogar em Itabira. Várias vezes voltei lá, mas eu me incomodava muito, porque, com a torcida atrás do meu gol, só de passar a mão no chão, eu já achava muita pedra, deputado Zé Guilherme. Era fácil tomar uma pedrada em Itabira, porque era minério para todo lado. Era um tempo em que ainda se recolhia o minério praticamente à flor da terra, como no Pará hoje.

Hoje, em Itabira, é diferente porque são grandes crateras que produziram também grandes barragens, como a de Itabiruçu, a do Pontal. E a Vale, neste momento, aproveitando a tragédia, quer ir embora, porque seu lucro agora está no Pará. Duplicou a sua linha de mil quilômetros, de Carajás até o porto de São Luís, e não depende de concessão ferroviária, como em Minas Gerais. Então ela quer ir embora e deixar para nós os buracos e o risco iminente da morte de mais pessoas.

Este é um momento importante para a Assembleia Legislativa. Fizeram bem as deputadas e os deputados que já se mobilizaram. O deputado Sargento Rodrigues teve a precedência de apresentar a sugestão, a orientação de uma CPI, que é fundamental. Espero que tenhamos um foro único para essa matéria, o foro de Belo Horizonte, com juízes, promotores, defensores em Belo Horizonte, e que toda essa matéria venha para Belo Horizonte para não tomarmos o susto de haver uma decisão em Itabira, outra em Brumadinho, outra em Congonhas, uma em cada uma das comarcas, e perdermos tempo, vivermos novamente o outro acerto de contas da Vale, que é o acerto da Samarco, que até hoje não aconteceu.

A Vale pode continuar no Pará, mas não aceitamos que ela vá embora. Vai embora e deixa esse passivo, essa dívida. As duas linhas férreas foram abandonadas pela Vale. Para ela interessa só a linha em que é dona do porto, que está em Vitória. Abandonou a linha mineira, que chegava ao porto do Rio de Janeiro; abandonou a linha que sai para escoar os grãos do Triângulo Mineiro e ia para Salvador, passando pelo Projeto Gorutuba e pelo Projeto Jaíba. Abandonou essas linhas e agora quer ir embora?

Por fim, Brumadinho. O acerto de contas começa agora. Estou propondo – e queria o apoio de todas e de todos – a criação da estação ecológica e memorial Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho e outras providências.

A Vale começa criando lá em Brumadinho, naquele local, que lamentavelmente hoje se tornou praticamente um cemitério – há pessoas enterradas pela Vale ali, funcionários da Vale que se encontram hoje enterrados. A Assembleia Legislativa vai propor a criação de uma estação ecológica e um memorial do Córrego do Feijão, para nunca mais nos esquecermos da tragédia da Vale.

Eu tinha muita coisa para falar, mas quero conceder aparte a esse meu companheiro de tantos anos aqui na Assembleia Legislativa, por quem tenho um apreço especial, o deputado Gil Pereira. Ouço V. Exa. com toda a atenção.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – Sr. Presidente, agradeço a esse grande amigo, a esse grande parlamentar por sete legislaturas, deputado João Leite.

Meus queridos e novos deputados, quero saudar todos os novos na pessoa da minha amiga Leninha, do meu amigo Zé Reis e do meu amigo Virgílio Guimarães, lá do Norte de Minas. Eu gostaria que todos ouvissem, com muita atenção, a minha fala, que será breve.

Prezadas deputadas, prezados deputados, mineiras e mineiros, quero começar meu pronunciamento chamando a atenção para um áudio veiculado recentemente na Rádio Itatiaia.

– Aproxima celular do microfone.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – A economista Rita Mundim, de forma poética, nos falou da importância e da influência da mineração na nossa história.

Senhoras e senhores, não há outro valor maior do que o da vida humana. Portanto, “Cesse tudo o que a musa antiga canta. Que outro valor mais alto se alevanta”, nos ensinou Camões. Por isso estou aqui, hoje, falando com cada um dos mineiros. Não ocupo esta tribuna para responder ao *marketing* da desumanidade, que busca ganhar seguidores e curtidas. Essa antiga cantilena, travestida de falsos profetas, não me move. Nunca me moveu o discurso fácil. Falar o que as pessoas querem ouvir é talvez o caminho mais rápido para se chegar ao eleitor. Mas o eleitor, Sr. Presidente, é acima de tudo um cidadão, um ser humano, um ser pensante. Não o subestime. É um absurdo em um momento como este, em que todas as autoridades constituídas deste estado e deste país deveriam estar debruçadas na busca de soluções urgentes e inadiáveis, termos de combater *fake news*, impropérios e autopromoção, que nada mudariam ou mudarão nesse crime contra a humanidade que ocorreu em Brumadinho. Como também, em nada se correlacionam com a realidade que devemos enfrentar, com coragem, indignação, altivez, seriedade, respeito e proteção à vida das mineiras e dos mineiros, deputado João Leite.

O meu compromisso atávico com o ser humano e a minha história falam, ou melhor, comprovam que, nesta tribuna e neste Plenário, sempre fiz reverberar as minhas obrigações com Minas Gerais, com a minha amada Montes Claros e o meu querido Norte de Minas. Portanto, aqui estou, hoje, como sertanejo do semiárido, para expor a verdade cristalina dos fatos, deputado Tadeu Leite. Este mesmo deputado foi uma das únicas e mais altas vozes a se levantar, exigindo que, antes da transposição, o nosso Velho Chico fosse, deputado Carlos Pimenta, revitalizado. Enfrentei interesses de capital, de entidades de classes, mas nem por um minuto arredei desse compromisso com Minas Gerais. Assim como enfrentei isso, enfrento também com firmeza e coragem, Doutor Jean, a luta pela água e pela busca das chamadas energias renováveis na nossa região, para gerar empregos, cuidar da vida, buscando o equilíbrio entre o meio ambiente, sustentabilidade, desenvolvimento econômico e responsabilidade social, deputado Sargento Rodrigues.

Deputadas e deputados, meu povo e minha gente verdadeiramente sofrida, a dinâmica do Parlamento, por mais transparência que se busque ter, infelizmente, nem sempre é alcançada pelo cidadão, caro amigo Guilherme. É preciso esclarecer que o Parlamento é, quando muito, repito, quando muito, donatário da iniciativa.

As leis são resultado da votação em Plenário, composto por 77 deputados. O Plenário é soberano porque representa, em maioria, a voz dos mineiros.

Às comissões cabe o mérito da discussão, deputado Coronel Henrique, depois de longos e necessários debates. Discussões essas que devem primar-se pela máxima correção e senso de realidade, sem atropelos ou afobamentos que, muitas vezes, só servem para paralisar o rito nesta casa.

Minha votação na Comissão de Minas e Energia, assim como a de todos os deputados, não foi e não é terminativa ou determinante do fim da tramitação do projeto de lei que busca aprimorar a legislação mineira sobre a atividade minerária, deputado João Leite. O Projeto de Lei nº 3676 continua a tramitar, e esta Casa está aguardando o parecer da Comissão de Administração Pública para que ele volte a este Plenário para ser votado em segundo turno. Volto a dizer: o voto pela aprovação de uma lei é feito pela maioria dos deputados no Plenário, assim como foi a votação em primeiro turno, deputado André, do Projeto de Lei nº 3676/2016, aprovado pela unanimidade dos presentes. Vou repetir, deputado Dalmo, aprovado pela unanimidade dos representantes desta Casa, inclusive pelo relator, o deputado Rogério Correia, hoje deputado federal, um dos mais valentes, Bia, e tenazes defensores dos atingidos.

Essa lei, por mais de dois anos, foi debatida por todos, acentuo, deputado Raul, todos os setores da sociedade civil organizada, órgãos e instituições de fiscalização, autoridades e especialistas, com destaque, deputado Betinho, para a participação efetiva do Ministério Público e representantes dos atingidos.

Sr. Presidente, foram realizadas diversas audiências, visitas, debates, para se chegar ao texto final, que traz, por exemplo, deputado Bruno, no art. 8º a proibição de instalação de barragem destinada à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração pelo método de alteamento a montante. Nas já instaladas, o texto destaca, deputado Gustavo Valadares, o dever de realização de autoria técnica extraordinária de segurança. Fiscalização! Algo imperativo!

Para ilustrar parte do trabalho da Comissão Extraordinária das Barragens, em abril de 2016, por meio da minha solicitação, como então presidente da Comissão de Minas e Energia, e do presidente da Comissão de Barragens, o deputado Augustinho Patrus, fomos até Ouro Preto destacar e ver *in loco* a única mina no País que utiliza técnica europeia que substitui as tradicionais barragens de contenção pelo empilhamento a seco.

Sobre o novo método e a inédita ida dos parlamentares à mina, relatou a imprensa: “Para Gil Pereira, a segurança foi a maior vantagem encontrada na verificação feita na mina, opinião endossada pelos deputados Paulo Lamac e Alencar da Silveira Jr., que também acompanharam a visita”.

Estou terminando, presidente.

Nunca espere deste sertanejo arroubos ou palavras fáceis, assim como nunca esperem de minha parte omissão e silêncio diante de injustiças. As investigações sobre o crime em Brumadinho estão em curso, Ana Paula. As autoridades e os órgãos policiais estão atuando na empresa Vale, e quem for apontado como responsável responderá na forma e no rigor da lei.

Quero deixar registrado o meu aplauso e as minhas maiores deferências a cada pessoa que tem se solidarizado com as centenas de famílias destroçadas. Quero deixar registrado o meu aplauso e minhas maiores deferências a cada pessoa que tem se solidarizado com as centenas de famílias destroçadas. Meu mais alto respeito ao trabalho brilhante e dedicado do Corpo de Bombeiros, bem como a todo o sistema de Defesa Civil e aos voluntários. São verdadeiros heróis.

Conclamo as deputadas e os deputados desta Assembleia para que nos debruçemos com afinco sobre a análise do Projeto de Lei nº 3.676, a fim de aprimorarmos as regras de licenciamento ambiental e de fiscalização de barragens no Estado e votarmos, o mais rápido possível, essa nova legislação fundamental.

Encerro as minhas palavras com a fala de um ilustre sertanejo, nosso Guimarães Rosa, que tanto nos ensina sobre a nossa mineiridade: “Sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, pelega e faz”. Estou onde sempre estive: ao lado de cada um de vocês, mineiros e mineiras. Meu compromisso, acima de tudo, é com a verdade, com a dignidade e com a vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro* – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados, as Sras. deputadas, os mineiros e também as pessoas de outros estados que nos acompanham pela TV Assembleia, a imprensa e os servidores da Casa.

Vou dividir a minha fala em três etapas. A primeira delas e mais breve é para dizer quem eu sou e como cheguei aqui; a segunda é para falar dos dois temas mais relevantes hoje, na minha opinião, no Estado de Minas Gerais; e a terceira sobre duas proposições que apresentei nesta Casa.

Quero dizer a vocês, meus pares, que é uma honra ser deputado estadual de Minas Gerais. Jamais tive vaidade ou vontade de pleitear um cargo pela via da eleição. Havia encerrado a minha carreira na ativa na Polícia Militar, mas não somos completamente donos da nossa vida. Sou um mineiro de Galileia, às margens do Rio Doce, uma cidade pequena, de pessoas simples. E foi lá que fui

forjado, no meio da simplicidade; lá cursei meus primeiros anos de estudo em escola pública. Posteriormente, ingressei na Polícia Militar de Minas Gerais.

Já entrarei na segunda fase do meu pronunciamento.

A Polícia Militar de Minas Gerais, que está na origem da fundação do Estado de Minas Gerais, mudou a minha vida – um filho de professora municipal e de garimpeiro, sem nenhuma perspectiva na vida porque o nosso país, devo admitir, ainda não é o ideal e justo, mas nós o estamos agora construindo. Jamais teria as possibilidades que tive na vida se não fosse pela Polícia Militar de Minas Gerais. Esses mesmos profissionais que estão trabalhando dia e noite enquanto estamos descansando e usufruindo das nossas atividades de lazer são os que estão lá correndo o risco de morrer e de não voltar para casa. Da mesma maneira são os militares do Corpo de Bombeiros: a qualquer sinistro ou tragédia, lá estão eles. Não preciso citar o exemplo de Brumadinho para que saibamos o que é a atuação de um bombeiro militar.

Agora, quando digo que a Polícia Militar mudou a minha vida, fico muito triste, porque, hoje, ao lado dos bombeiros militares, dos agentes prisionais e dos socioeducativos que cumprem uma tarefa difícilíssima na custódia de presos e encarcerados, ao lado dos outros servidores do Estado de Minas Gerais, estão tendo seus salários parcelados e ainda não receberam o 13º salário, presidente, que será parcelado em 11 vezes.

Hoje participei de uma reunião com policiais militares, bombeiros e esposas, mulheres de militares, e vi no semblante de cada um o sofrimento, o desespero e a impotência de não poder modificar esse estado de coisas. E o que me causa ainda mais indignação, presidente, é que não há tratamento igual entre os servidores. Há os servidores da Assembleia Legislativa, que são de um Poder; os servidores do Judiciário, de outro Poder; e os servidores do Executivo, de outro Poder. Enquanto uns já receberam seus salários, inclusive o décimo terceiro, outros não os receberam. Então, hoje, no Estado de Minas Gerais, nós temos servidores de primeira e de segunda categoria. Nesta Casa, não podemos permitir que isso aconteça, porque as pessoas que acreditaram em nós nos entregaram um mandato e disseram: “Vá lá e faça o melhor por mim, faça o melhor por Minas e não deixe que injustiça aconteça”. Nós, que ficamos aqui, muitas vezes temos como solucionar as questões, mas não o fazemos.

Portanto fica aqui esse registro da minha solidariedade e indignação com o que está acontecendo hoje com os servidores de Minas Gerais.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Agradeço a V. Exa. Quero primeiro cumprimentá-lo e desejar-lhe boas-vindas ao Parlamento. Fico muito feliz porque as vozes do deputado Coronel Sandro se somam à minha voz ou às minhas vozes, por tantos dias e tantas vezes nesta mesma tribuna. V. Exa. traz aquilo que tive a oportunidade de ecoar no governo passado, pois durante anos estou cobrando isso.

Quero, Coronel Sandro, não só desejar-lhe boas-vindas, mas também dizer que seremos parceiros e defensores da nossa classe dentro deste Parlamento mais do que nunca, porque esse servidor que V. Exa. citou é o mesmo que está com sol, chuva, poeira, sofrimento e lágrimas cuidando da segurança, da defesa civil e do cidadão. É como estão os nossos bravos heróis do Corpo de Bombeiros agora na cidade de Brumadinho, num trabalho incansável, dando a sua vida e mostrando a diferença de ser policial e bombeiro militar, do que é a entrega, que é o dia a dia.

Parabéns a V. Exa! Seja muito bem-vindo! Deus o abençoe nessa caminhada na Assembleia. Estaremos juntos para cobrar do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, para que também se responsabilizem pelos problemas por que os demais servidores estão passando. Não podemos viver como se fôssemos ilhas no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas, em que para uma casta de servidores está tudo bem enquanto a outra está entregue às baratas, choramingando, passando necessidade, como é o caso dos nossos servidores públicos do Executivo. Parabéns a V. Exa.! Mais uma vez, seja bem-vindo. Estaremos juntos cerrando fileira na Assembleia de Minas Gerais.

O deputado Coronel Sandro* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Para encerrar essa fala sobre a situação dos nossos servidores públicos, o que peço é só isto: vamos buscar uma alternativa para, se não solucionar, pelo menos, minimizar essas agruras, esse sofrimento por que os nossos servidores do Estado de Minas Gerais estão passando no Poder Executivo.

Outro assunto se refere a essa absurda tragédia que vitimou pessoas, o meio ambiente e toda uma localidade, em Brumadinho. À época do rompimento da barragem da Samarco, eu não era deputado, mas fui atingido. Resido em Governador Valadares, como disse, nasci em Galileia, às margens do Rio Doce. São duas cidades, dois municípios que foram severamente atingidos quando houve o rompimento da barragem da Samarco. O que se imaginava naquela época? “Ah! Isso é igual a raio: não cai duas vezes no mesmo lugar.” Mas, por incrível que pareça, aconteceu novamente, e todos temos uma parcela de responsabilidade, porque somos agentes políticos e fomos colocados aqui para não permitir que coisas dessa natureza aconteçam.

Temos mais uma chance para fazer com que isso nunca mais aconteça. Conclamo a todos que estão aqui, meus colegas de partido, do PSL, e até mesmo os da oposição, com os quais, antes mesmo de tomar posse, já começamos o nosso embate de ideias – mas, em relação a isso, agora não podemos ter lado. Eu quero, eu pretendo que isto aconteça: que os que eram oposição ao ex-governador Pimentel e que agiam com muita veemência que o façam agora também, do mesmo jeito; e os que apoiavam o ex-governador Pimentel e que talvez tenham se calado naquele momento que continuem fazendo seu trabalho, porque têm de fazê-lo. Isso não é questão partidária, mas é proteger o povo de Minas Gerais contra a possibilidade de um acidente nas mesmas proporções – acidente ou, sei lá, crime. Isso não pode acontecer mais. Essa situação é grave.

Assinei dois pedidos de CPI, Sr. Presidente, e, se me for permitido e possível, quero fazer parte dela. Quero participar do processo de investigação, acho que posso contribuir muito para isso, sou minucioso nos detalhes. Quem tiver rabo preso pode aguardar, pois, se eu estiver lá, vai passar aperto comigo. O responsável por isso, estou dizendo, é a Vale, mas ainda há a pendência da Samarco para resolver. Deixo minha solidariedade às vítimas e meu abraço fraterno aos nossos heróis bombeiros, que estão lá trabalhando incansavelmente. É nessa hora que vemos que precisamos de profissionais dessa estirpe.

Bom, quanto aos outros assuntos, Sr. Presidente, apresentei um projeto de resolução nesta Casa, primeiramente porque acho que o Legislativo tem de ter independência, não tem de andar a reboque do Poder Executivo, independentemente da posição de cada parlamentar.

Não é segredo para ninguém que apoiei o governador Romeu Zema na campanha e que muitas – não a maioria – pautas e ideias do Partido Novo e do governador coincidem com o que nós, do PFL, defendemos. Sou a favor de privatizações, da redução do tamanho do Estado, da reforma administrativa. Acho que há cargos demais neste estado. Sou a favor de alienar os imóveis que não servem para a administração do Estado. Enfim, com isso concordamos, ele tem o meu apoio. Naturalmente, há algumas coisas em relação às quais não tem o meu apoio.

Então, o que acontece hoje com um decreto editado pelo ex-governador Fernando Pimentel em novembro de 2017? É uma afronta ao ordenamento jurídico, porque ele exorbitou da sua prerrogativa de normatizar por decreto, porque ele não pode fazer a retenção de tributos que pertencem aos municípios. Aí há o argumento de que é preciso fazer isso para se cumprirem as obrigações do Estado. Sr. Presidente, se tenho obrigação a pagar, vou roubar do outro para pagar as minhas contas? Isso não está certo. Estamos aqui para que a lei, a Constituição seja cumprida. Esse decreto já deveria ter sido revogado. Estou creditando-o ao ex-governador Pimentel, porque foi editado nesse governo. Fiquei sabendo, depois que apresentei a proposição, que já há o encaminhamento do governo para que essa situação seja solucionada e os repasses dos tributos, ICMS e IPVA principalmente, sejam feitos automaticamente a partir de agora ou a partir de uma data próxima. Fico feliz por isso acontecer.

O outro projeto que apresentei refere-se a escolas cívico-militares, uma proposta nossa de campanha encampada pelo PSL, ideia do nosso presidente Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, as nossas escolas públicas são uma lástima. Temos de respeitar os professores, pagar-lhes bons salários e qualificá-los; mas, infelizmente, já perdemos gerações em escolas públicas porque, em vez de ensinar o que deve ser ensinado, nossas escolas estão doutrinando, erotizando precocemente. Então, esse projeto que autoriza o governo a criar, a converter, enfim, a dar o pontapé inicial para termos escolas cívico-militares em Minas Gerais é só um ponto de partida. Quero é que todos participem, apresentem propostas, pois não há uma normatização muito específica sobre isso.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Coronel Sandro, sei que há apenas 8 segundos do seu tempo. Peço ao presidente uma pequena tolerância.

Só uma pequena correção em cima do que o senhor falou: não é Vale do Rio Doce, pois já acabaram com o Rio Doce. É só Vale. É preciso, sim, fazer uma apuração criteriosa dos responsáveis na empresa e também no poder público, que, muitas vezes por omissão, proporcionam esse tipo de tragédia. A CPI tem de ser ampla e tem de ajudar a resolver o problema. Presidente, o deputado Cleitinho disse que me concede um aparte para eu continuar.

O deputado Coronel Sandro* – Eu encerro e você continua. Para encerrar, agradeço a atenção. É uma honra estar nesta Casa. Espero que junto com todos, nesta legislatura, possamos melhorar, e muito, a qualidade de vida de todos os mineiros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, população presente, imprensa. Quanto à CPI, como disse o Bruno – concederei aparte a V. Exa. daqui a pouco – a mesa tem de ser mais ampla. Já estou recebendo várias denúncias sobre outras barragens, como a de Congonhas, onde estive *in loco*, e a de Paracatu, que está com o mesmo problema. Não podemos focar apenas no problema de Brumadinho, até porque ele já aconteceu. Para que não ocorra o mesmo em outras cidades, precisamos fiscalizar toda Minas Gerais quanto às barragens. Fique à vontade, deputado.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Exato. A CPI tem de ser muito ampla para responsabilizar todos os culpados, não apenas os da Vale. É preciso fazer também a prevenção em novas barragens. Como V. Exa. mencionou, há 54 mil pessoas morando abaixo da barragem de Congonhas. Ela fica sobre a cidade. E por aí vai. Não podemos ter outra tragédia em Minas Gerais com proporções maiores do que as que já tivemos. Agradeço a gentileza de V. Exa.

Quero apenas falar agora sobre o que disse o deputado Coronel Sandro quanto aos projetos que propôs. Gostaria de parabenizá-lo pelas proposições. O governo não precisa de autorização para criar as escolas cívico-militares, mas é simbólico que a Assembleia demonstre a vontade popular para buscar uma educação de maior qualidade por meio dessas instituições que fazem sucesso em outros estados, como Goiás e Amazonas, e certamente darão certo em Minas Gerais, com melhoria dos índices econômicos.

No que se refere à revogação do decreto, isso já deveria ter acontecido, porque é algo criminoso. O governador simplesmente, por não ter competência alguma na gestão financeira do Estado, decidiu reter os recursos dos municípios, com a justificativa de cumprir as suas obrigações. Só que os municípios também têm as suas obrigações, têm funcionários. Então, isso precisa ser revisto. Espero que antes da revogação passar aqui, o novo governo consiga regularizar a situação dos servidores que precisam receber e dos municípios que estão numa penúria financeira muito grande. Obrigado, deputado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Eu que agradeço, Bruno. Por coincidência, humildemente, protocolei o mesmo projeto do Sandro, para derrubar esse comitê ridículo que o Pimentel criou para sair da crise. Ele entrou na crise e ele mesmo quis sair dela. A culpa foi do Pimentel, e não dos municípios. É de suma importância que os repasses dos municípios sejam feitos. Agora a desculpa dos prefeitos para não pagar ao servidor é a de que o repasse não foi feito. Estou doído para os recursos caírem na conta dos municípios, para que os prefeitos possam trabalhar. Eles questionam que não têm dinheiro, que o dinheiro está com o Estado. Então, esperamos que o governador faça o repasse que é de direito dos municípios, porque queremos ver o meu prefeito de Divinópolis dar a

desculpa de não nomear concursados por causa disso. Só que, quando o concurso foi feito, há quase dois anos, não havia problema algum. Que isso seja resolvido o quanto antes. Quero cobrar dos prefeitos e dos vereadores. A desculpa agora é o governo, é o Zema. Estão até pensando no *impeachment* do Zema. Por que não fizeram o *impeachment* do Pimentel? Por que não o cassaram aqui? Ele ficou quatro anos fazendo coisa errada e ninguém propôs o seu *impeachment*. O momento agora é de união. Conversei com o deputado Sargento Rodrigues sobre fazermos um pacto no Estado de Minas Gerais, não é deputado? Ele me alertou, chamou a minha atenção dizendo que temos de nos preocupar com os outros Poderes também. Eu tenho a obrigação de me preocupar com os outros Poderes – Judiciário e Executivo – e com o Ministério Público. Mas se eu não cuidar da minha casa primeiramente, não adianta cuidar da casa dos outros.

Eu entrei para a política para tentar trazer a ela um pouco de consciência. Quando eu vinha de Divinópolis para Belo Horizonte hoje, escutei um radialista dizendo que dão muito poder ao político, que o consideram mito. Mas político não é mito. Mitos são Jesus Cristo e Deus. Somos como qualquer um. Quando cheguei ao meu gabinete, um policial legislativo me perguntou: “Por que o senhor não fez a biometria para usar o elevador privado?”. Eu respondi: Eu? Elevador privado? Para quê?

Ele disse que às vezes acontece uma confusão na Assembleia, uma manifestação, e eu preciso sair por trás, não posso enfrentar o povo.

Eu não vou enfrentar o povo? Uai, na hora da campanha, eu enfrentei o povo, por que eu não vou enfrentar o povo agora? Agora é a hora que eu tenho de dar a cara para bater.

Precisamos parar de dar poder para político. Poder tem que ser usado com sabedoria e humildade. Eu vim a esta Casa tentar conscientizá-los um pouco. Até o Doorgal me chamou à atenção e me perguntou: “Cleitinho, você se vincula a quê, esquerda ou direita? Eu costumo sempre olhar para a frente. Todas as proposições que a Beatriz, que é de esquerda, do PT, pediu-me para assinar eu assinei com o maior prazer do mundo. Eu não olho partido, eu olho a pessoa, eu olho a ideia. Se a ideia do PT ou da esquerda é boa, eu vou apoiar. Se a ideia do PSDB ou da direita é boa, eu vou apoiar. Não estou nem aí para mortadela ou para coxinha. Se quiserem me definir, para ficar uma coisa legal, eu sou pastel *gourmet*, porque pastel é do povo, e já que é *gourmet* fica chique. Então, fico povo e fico chique.

Precisamos acabar com esse negócio de esquerda e de direita; temos de olhar para a frente. “Cleitinho, você está em qual bloco?” Eu vi essa questão de bloco desde a semana passada, todo mundo preocupado com o bloco, mas eu não vi, em nenhuma hora, alguém preocupado com o bloco chamado bloco do povo. É o bloco da oposição, é o bloco independente, é o bloco não sei das quantas, é o bloco da base. E o bloco do povo? Fico tentando entender essa questão de bloco, que parece que é somente para interesse próprio. Mas o interesse de defender o povo não existe? Então, que se dane o bloco! Se o governo trouxer coisa boa, precisamos apoiá-lo. Se ele trouxer coisa que é contra o povo, precisamos ser contra.

A oposição tem de ser inteligente, não pode ser burra. E base também não pode ser puxa-saco, tem de ser inteligente. Então, estou aqui para fazer o certo. Aqui há várias pessoas por quem tenho muito respeito, muito carinho: o Doorgal, a Beatriz, que é do PT. Eu quero que o PT, o PSDB, o meu partido, PPS... “Cleitinho, você fala mal de partido, o que você está fazendo?”. Eu sou obrigado. Se eu pudesse não ter partido, estaria aqui do mesmo jeito, mas sou obrigado a ter partido. Partido não ganha jogo, nunca ganhou jogo. A palavra “partido” já diz tudo: partir. Quem dera pudesse ser somente Brasil, Minas Gerais e a minha cidade de Divinópolis! Assim é que teria de ser.

Então, se tiver coisa boa da esquerda, eu vou apoiar; se tiver coisa boa da direita, eu vou apoiar. Eu quero que todos os partidos se juntem e explodam. Com todo o respeito a quem gosta de partido, mas eu não tenho amor por nenhum partido, eu tenho amor pela minha cidade, pelo meu estado, pelo meu país. Precisamos nos conscientizar disso.

Tomei uma paulada de algumas pessoas maldosas que disseram que eu queria morar no gabinete. Quero falar para vocês que eu tenho casa, eu moro em Divinópolis. Quem quiser ir lá pode ir. Vou falar para vocês a única ideia que tive em relação ao

auxílio, do qual até abri mão. Quem quiser ir ao gabinete verá que ele é extremamente confortável, então pensei: já que não vou morar aqui, se algum dia eu precisar passar uma noite em Belo Horizonte, poderei passar a noite no meu gabinete. Aí, as pessoas maldosas colocaram que eu queria morar no meu gabinete. Eu tenho casa, não preciso morar em gabinete. É só questão de passar uma noite.

O governador Zema, na posse, deixou bem claro que o Estado está quebrado e que o servidor está recebendo o 13º salário dividido em não sei quantas vezes. É a mesma coisa do carnezinho do Zema. Aí, a gente tem a luxúria de, assim que toma posse, receber R\$18.000,00 livres na conta. Eu acho isso errado, mas respeito quem concorda e quem acha que deve receber. Eu não quero receber e estou abrindo mão. Quanto ao auxílio-moradia, acho a mesma coisa.

Fique à vontade, Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Obrigado, deputado Cleitinho. Eu tive a oportunidade de conversar com você, antes de sermos deputados, sobre diversos desses temas que V. Exa. traz aqui. Chamo-o de V. Exa. porque essa é a praxe parlamentar, mas sabemos, Cleitinho, que não é por ser deputado, isso ou aquilo. Temos muito em comum no pensamento. Eu queria até traduzir a maneira como vejo as ideias que você traz do seio do povo, com as quais concordo muito.

Nós vivemos uma revolução tecnológica que, cada vez mais, vai permitir que haja um diálogo direto do povo com a legislação, com as normas que vão reger a sociedade. Quando o Cleitinho traz aqui, do jeito dele, com a sua experiência, as opiniões, isso também tem que ser ouvido conforme o jeito que cada um tem de ouvir e interpretar o que se diz. Quando o Cleitinho diz que há uma falência da representação política, eu concordo com ele: há, e é no mundo inteiro. A mudança dos partidos ocorreu no mundo inteiro.

É tempo de aparte? Vou respeitar; eu não sabia, sou novo aqui, Cleitinho.

Então, queria dizer que a tecnologia vai permitir, cada vez mais, que as eleições e as consultas populares diretas sejam mais fáceis, mais baratas. Portanto, o político vai organizar a vida, mas quem vai decidir a vida são as consultas diretas, pelo povo. Isso para dizer o que deve e o que não deve, o que se paga, como devem ser gastos os recursos públicos e como se organiza a vida de cada um dos três Poderes.

Concordo, digamos, na essência, com as muitas colocações feitas aqui e creio que você traz muitas novidades que vão ajudar muito a pensarmos como vai ser a Minas Gerais do futuro.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Muito obrigado, Virgílio.

Espero que respeitem a maneira como faço política. Não vou me estender, vou finalizar. Aqui tem doutor, professor, pessoas com mestrado, doutorado, e eu tenho o coração puro e as mãos limpas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/2/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alais Lélis de Oliveira Paranaíba, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

exonerando Canuto Carvalhais de Melo Junior, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Agostinho Patrus;

exonerando Carla de Jesus Resende, padrão VL-44, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

exonerando Fernanda Mara Arcanjo Magaldi, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Agostinho Patrus;

exonerando Robson Silva da Cruz, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

exonerando Roseli Aires dos Santos, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Sabrina Rosa de Souza Dornelas, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Alberto Henrique Carolino França, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Alceste Pereira de Mendonça Neto, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Alexandre Albergaria de Carvalho, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Alexandre Marcio Cosso Gomes, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Aneyr Oliveira Souza, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Angelica Ferreira Alves de Andrade, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Arnaldo Honorato Lourenço, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Barbara Lorena de Paulo Siqueira Alves, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Carla de Jesus Resende, padrão VL-44, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Carla Martoni Mendes, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Carlos Augusto Gontijo, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Cristiane Aparecida Silva Nunes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Dioclides José Maria, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Ederson Nogueira Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Edson Flávio Campos Francisquini, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Eduardo Soares Leal, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Elisângela Rosa de Oliveira, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Evandro Castanheira Lacerda, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Fabrício Alexandre Alves, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Fátima Heloisa Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Fernanda Oliveira Lage, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Guerino Cardoso de Oliveira, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Hamilton Amaral Barreto, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Hamilton da Costa Mitre de Andrade, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Ione Carvalho Oliveira, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Isabel Cristina de Lima, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Ivan Duque de Paiva Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Jaqueline de Souza Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Joaquim Procópio de Mesquita, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando José Paulo de Carvalho, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Júnia Alcione Ferreira da Silva, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Larissa Roberta Vieira Aguiar de Faria, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Lauro Pereira Cabral, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Lilian Daisy Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Liliane T. Oliveira Ribeiro, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Lisandro Carvalho de Almeida Lima, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Lúcio Wagner Moraes de Oliveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Luiz Ronaldo Carvalho, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Márcia Menin de Carvalho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Maria Cecília Ferreira Delfino, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Maria das Mercês Vieira Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Maria de Lourdes Ferreira Barcelos, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Maria Luiza Nonato Martins, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando MarluCIA Marques Lopes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Marta Mendes Almeida, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Mauro da Cunha Savino Filó, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Miquéias de Sousa, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Neila Maria Batista Afonso, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Ocimar Carmo da Silva, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Paulo Augusto Martins Salles, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Paulo Henrique de Souza Cruz, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Pedro Pessoa Moreira Victor, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Pricila Augusta de Noronha Cardoso, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Raíra Grazielle Fernandes Moreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Regina Silva Moreira de Faria, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Renata Aretusa Magalhães da Costa, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Ricardo Rocha Santos, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

nomeando Rita de Cássia Fernandes Couto, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Ronaldo Resende Ribeiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Rosangela Mendes Alves, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Samuelson Matos Nascimento, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Sara Lopes do Nascimento, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Saulo Clementino Martins Filho, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Sheila Cristina de Jesus, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Simão Evangelista de Souza, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Simeão Celso de Oliveira, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Thiago Felipe de Almeida, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Valdir Rodrigues Rocha Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Vanessa Andrea Teixeira de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Vanilda Januário, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Victor Júnio Rodrigues Santos, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Wilson Ferreira Neto, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Zildete Fernandes Cordeiro, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Júlio Cadaval Bedê da função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

dispensando Daniela Sader Cabral Magalhães da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Direito Constitucional e de Administração Pública.

designando Daniela Sader Cabral Magalhães para a função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

TERMO DE CONTRATO Nº 108/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CEI – Serviços de Engenharia Ltda. Objeto: serviço de modernização de subestações elétricas abrangendo projeto executivo, montagem, instalação, fornecimento de materiais e projeto *as built*. Vigência: 15 meses contados a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 77/2018. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 164/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: atualização de diárias de viagem. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2009.3390.10.1.